



**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL:  
INTEGRANDO OS ODS NA PRÁTICA EDUCACIONAL**

## **ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DOS MOMENTOS DE DEBATE QUE CONSTRUÍRAM A BNCC**

Sarah Inglid dos Santos Silva <sup>1</sup>, Allan Ribeiro Cruz <sup>2</sup>, João Justino Barbosa <sup>3</sup>, Keliana Dantas Santos<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este trabalho analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz dos documentos normativos de 2017 e 2018, considerando seu contexto histórico e os debates que marcaram sua elaboração. Questões centrais como o direito de aprendizagem comum a todos os alunos, o equilíbrio entre conteúdos nacionais e regionais, e a integração entre áreas do conhecimento são destacadas. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, enfatiza a importância dos diversos setores da educação brasileira na construção da BNCC, apontando tanto suas contribuições quanto suas fragilidades. A BNCC é vista como uma iniciativa que dialoga com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030 da ONU, ao buscar assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Apesar dos avanços, o documento ainda demanda revisão constante, com foco em maior representatividade, adaptação às realidades locais e valorização dos profissionais da educação. Assim, a BNCC representa um marco na história educacional do país ao propor diretrizes mínimas de aprendizagem para a educação básica, mas ainda carece de ajustes que garantam sua efetividade em todas as regiões do Brasil.

**Palavras-chave:** Educação básica; BNCC; política educacional; participação democrática.

### **1 Introdução**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um dos principais marcos da educação brasileira contemporânea, configurando-se como um documento normativo que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais para todos os alunos da educação básica. Promulgada entre 2017 e 2018, a BNCC surge em um contexto de busca por equidade educacional, diante de um cenário histórico marcado por desigualdades regionais e currículos fragmentados (Brasil, 2017). Seu objetivo central é garantir uma formação comum a todos os estudantes, respeitando a diversidade cultural do país e promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e democrática.

A construção da BNCC passou por três versões públicas (2015, 2016, 2017), inicialmente, houveram consultas públicas com participação de diversas esferas com muitos profissionais da educação e da sociedade civil. No entanto, as principais decisões ocorreram em um momento político delicado, marcado pelo pós-impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e pela pressão na aprovação sem maiores intervenções dos profissionais de educação. Apesar da consulta pública, muitas entidades da educação como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração na Educação (ANPAE) e Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). afirmaram que suas contribuições não foram atendidas. A versão final excluiu temas como gênero, diversidade, cultura afro-brasileira e indígena, o que demonstra uma padronização que não respeita a pluralidade brasileira.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal da Paraíba, sarah.inglid@academico.ifpb.edu.br.

<sup>2</sup> Instituto Federal da Paraíba e allan.cruz@academico.ifpb.edu.br.

<sup>3</sup> Instituto de Educação da Paraíba e prof.joao.j.barbosa@gmail.com.

<sup>4</sup> Instituto Federal da Paraíba, keliana.santos@ifpb.edu.br.



De acordo com Rodrigues e Rodrigues (2024), o processo de criação da BNCC esteve inserido em um cenário de dualidade, marcado por influências externas e internas. De um lado havia os estudiosos e intelectuais que buscavam garantir a educação como direito social; do outro, aqueles que enxergavam a educação como mercadoria, voltada para a formação do sujeito segundo as necessidades do mercado.

O seu processo de elaboração foi permeado por intensos debates envolvendo educadores, pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil, refletindo tensões entre padronização curricular e respeito às especificidades regionais (Saviani, 2019; Cunha, 2020). A definição do que deveria ser ensinado nas escolas mobilizou vários setores: universidades, professores, fundações privadas, movimentos sociais e organismos internacionais. Enquanto setores progressistas defendiam uma abordagem que levasse em conta os conteúdos socioculturais dos estudantes e a valorização da diversidade, outros grupos propunham um currículo mais tecnicista, voltado para o mercado de trabalho. Cada grupo tinha como objetivo implementar sua visão de mundo no documento final.

Apesar dessas divergências, a BNCC procurou o alinhamento com os compromissos globais assumidos pelo Brasil, abraçando as diretrizes da Agenda 2030 da ONU. Entre as contribuições mais relevantes, destaca-se o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 4, que propõe assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2016).

No entanto, apesar dos avanços, a BNCC ainda enfrenta críticas quanto à sua aplicabilidade, à centralização das decisões e à falta de diálogo com as realidades locais (Mortatti, 2020). Assim, torna-se urgente a ampliação das discussões e a constante revisão de suas diretrizes, de modo a fortalecer a participação democrática e a valorização dos profissionais da educação, assegurando um currículo verdadeiramente representativo, flexível e comprometido com a transformação social.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a BNCC e o reflexo do seu trabalho final, entendendo que o documento final é resultado de conflitos, escolhas e silenciamentos.

## 2 Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental. A pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos sociais e educacionais a partir de uma perspectiva interpretativa, considerando o contexto histórico, cultural e político no qual estão inseridos (Bogdan e Biklen, 1994; Minayo, 2008).

A análise teve como foco central a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com base na leitura sistemática de sua versão final (Brasil, 2017), bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais. Além disso, foram selecionados artigos científicos, que discutem os fundamentos, princípios e críticas à BNCC.

A análise dos dados foi realizada por meio de elementos da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), buscando identificar categorias temáticas recorrentes, tais como: padronização curricular, equidade educacional, diversidade regional e formação docente. Esta técnica permite organizar e interpretar as informações extraídas dos documentos e da literatura de forma sistemática, possibilitando a construção de uma compreensão crítica sobre o objeto de estudo (GIL, 2019).

Portanto, o uso da análise documental e da revisão de literatura contribuiu para identificar as principais tensões e contribuições associadas à implementação da BNCC, relacionando-as com ODS 4, que trata da promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos (UNESCO, 2016).



### 3 Resultados e discussão

A análise permitiu evidenciar que o currículo nacional não é um documento neutro, mas sim o resultado de interesses políticos e negociações. Ao longo do desenvolvimento de sua formação, diferentes autores disputaram a inclusão de suas ideias de educação, revelando as contradições e limites de um projeto que busca unificar a educação em um país marcado por desigualdades históricas.

De certo, a BNCC sofreu muitas influências do contexto político brasileiro, especialmente entre 2017 e 2018, período marcado pelo processo de impeachment de um governo cujas pautas eram, em certa medida, mais favoráveis à educação formal. Ainda assim, tanto nesse governo quanto no governo Temer, observou-se a forte presença de influências internacionais, vindas de grupos com interesses que extrapolam a área educacional. Não por acaso, a BNCC tornou-se um documento generalista, voltado para uma formação padronizada e em larga escala, atendendo às demandas do mercado internacional e suprimindo as características regionais brasileiras. Isso resultou em uma proposta de formação de mão de obra engessada, que negligencia toda a potencialidade social e cultural que um país como o Brasil é capaz de abarcar.

Essa característica foi bastante questionada por diversos grupos educacionais, que apontam uma linha tênue entre a formalização de uma base educacional comum e a negação das individualidades e das responsabilidades específicas dos estados e municípios.

Apesar das críticas, a BNCC é possível estabelecer uma relação direta com o ODS 4 da ONU, que propõe assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. A ideia de garantir aprendizagens a todos os estudantes, se bem aplicada, pode ser um passo nessa direção. No entanto, para que isso aconteça de forma justa e efetiva, é preciso respeitar as realidades locais, valorizar os professores, e reconhecer as diversidades culturais e sociais, sem isso o documento corre o risco de ser apenas uma ferramenta de padronização e controle.

A análise nos levou a refletir sobre que tipo de educação queremos, uma educação voltada apenas para resultados e desempenho ou uma educação que valorize a cidadania, o pensamento crítico e a diversidade? Diante desse contexto é essencial que o debate continue, com a participação de professores, escolas, universidades e comunidade que aproximem esses documentos da realidade e das origens que possuímos.

### 4 Conclusões/Considerações Finais

A construção da BNCC evidenciou que o currículo escolar é um espaço de disputas. Mais do que um documento técnico, ele reflete escolhas políticas e ideológicas que influenciam diretamente os rumos da educação brasileira. As discussões em torno do currículo revelaram interesses divergentes: de um lado, a defesa de uma formação crítica e cidadã; de outro, uma proposta voltada à preparação para o mercado de trabalho para atender um movimento global. Embora faça referência ao ODS 4, a BNCC carrega em seu texto as marcas desses conflitos, com limitações decorrentes das negociações políticas que a moldaram. Por isso, os debates que a construíram são fundamentais para compreendê-la em profundidade. A participação democrática nos processos curriculares continua sendo essencial para o avanço da equidade, da justiça social e do respeito à diversidade na educação brasileira. De tal forma que o olhar crítico da sociedade se faz necessário, para que a BNCC se torne de fato um documento democrático, e não apenas generalista.

### Agradecimentos

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) pelo apoio concedido por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).



## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CUNHA, M. I. da. **Currículo e políticas públicas: desafios da BNCC**. Revista e-Curriculum, v. 18, n. 1, p. 18–34, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORTATTI, M. do R. L. **BNCC e o direito à educação: continuidades, rupturas e silêncios**. Educação & Sociedade, v. 41, e 022395, 2020.

RODRIGUES, A. M.; RODRIGUES, A. C. S. Mapeando o contexto de influência da Base Nacional Comum Curricular. Revista Linguagem, Educação e Sociedade -LES, v. 28, n.57, 2024, eISSN: 2526-8449.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do ODS 4. Paris: UNESCO, 2016.

